MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
211
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5.151

ACORDO QUADRO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA ZONA DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes"),

Tendo em conta:

O Tratado de Limites, Comércio e Navegação, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, em setembro de 1909;

A Declaração de Rio Branco, de 1987, que deu impulso significativo aos esforços para dinamizar o processo de cooperação bilateral em favor do desenvolvimento da região fronteiriça amazônica;

O Plano de Ação de Puerto Maldonado, de 1987, que reafirmou a importância da Amazônia como fator geoeconômico fundamental nas relações brasileiro - peruanas e estabeleceu as bases de um programa de trabalho com vista à integração e o desenvolvimento da fronteira Brasil - Peru;

O Comunicado Presidencial Conjunto, de agosto de 2003, pelo qual se acordou avançar na construção da Aliança Estratégica entre Brasil e Peru;

O Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica, de agosto de 2003, que reconheceu a importância da integração de infraestruturas para o desenvolvimento econômico e comercial de ambos os países;

O Comunicado Presidencial Conjunto de maio de 2008, pelo qual foi estabelecida, de maneira específica, a prioridade que ambos os Governos concedem à cooperação e ao desenvolvimento fronteiriço, no marco da Aliança Estratégica; e,

O Compromisso de Rio Branco, de abril de 2009, que determinou a adoção de medidas concretas com vistas a uma efetiva integração econômica e social da fronteira Brasil-Peru.

Considerando:

Que é necessário promover o desenvolvimento sustentável dos espaços fronteiriços dos países, por meio de iniciativas, planos, programas e mecanismos que conduzam a uma maior integração física, econômica e social de suas zonas de fronteiras, bem como o manejo coordenado e sustentável dos ecossistemas de influência transfronteiriça, de maneira que eles se transformem em áreas dinâmicas de desenvolvimento e que beneficiem as comunidades fronteiriças de ambos os países;

Que a inauguração da Rodovia Interoceânica Sul promoverá, por um lado, o incremento do fluxo de pessoas, veículos e mercadorias entre os dois países, criando condições para uma maior integração econômica e comercial e, por outro lado, trará eventuais desafios que deverão ser enfrentados de maneira coordenada.

Para os ditos propósitos, as Partes acordam:

Artigo 1º
OBJETO

Estabelecer a "Zona de Integração Fronteiriça Brasil - Peru", doravante ZIF Brasil - Peru, segundo detalha o artigo 5º do presente Acordo Quadro.

Artigo 2º
DEFINIÇÃO

Para fins do presente Acordo Quadro, entende-se por " Zona de Integração Fronteiriça Brasil - Peru" os âmbitos territoriais adjacentes dos dois países consignados no artigo 5º, para os quais se adotarão políticas, planos, programas e projetos conjuntos ou coordenados com vistas a impulsionar sua integração e desenvolvimento sustentável.

Artigo 3º
FINALIDADE

As ações empreendidas no marco da ZIF Brasil - Peru têm a finalidade de fomentar uma cultura de paz e de integração fronteiriça, respeitando e incentivando a identidade nacional e cultural, assim como lograr o desenvolvimento sustentável, atendendo especialmente suas potencialidades e assimetrias, por meio de esforços coordenados e compartilhados, habilitando e fortalecendo eixos ou corredores de desenvolvimento e integração.

Artigo 4º
OBJETIVOS

As Partes estabelecem os seguintes objetivos:

1) **Objetivos Gerais:**

a) Impulsionar a integração fronteiriça por meio do desenvolvimento e da complementação econômica e social, o intercâmbio cultural e a promoção da cultura de paz entre as populações fronteiriças;

b) Impulsionar programas de desenvolvimento e integração fronteiriços que requeiram um tratamento integrado e de curto e de médio prazo, como planos concertados de desenvolvimento econômico e social, programas de cooperação transfronteiriça para manejo sustentável de recursos naturais nas bacias compartilhadas, planos coordenados de utilização e vigilância das áreas naturais protegidas; programas de cooperação para atender as necessidades de populações vulneráveis, entre outros;

c) Adotar medidas dentro da Zona de Integração Fronteiriça orientadas a eliminar os obstáculos ao trânsito e ao comércio bilateral, bem como simplificar e agilizar os procedimentos de controle de fronteira; e,

d) Criar instrumentos legais específicos para promover o desenvolvimento da ZIF Brasil - Peru, quando necessário.

2) Objetivos Específicos:

2.1) Quanto à sustentabilidade econômica:

a) Fomentar o crescimento, modernização e diversificação da base produtiva das zonas de fronteira; incentivar a integração de cadeias produtivas entre os setores econômicos locais e regionais e sua projeção para os âmbitos nacionais e internacionais; e impulsionar o acesso a mercados;

b) Incentivar investimento privado local, regional, nacional e binacional, de maneira a promover o desenvolvimento econômico;

c) Estabelecer mecanismos de facilitação de intercâmbio comercial fronteiriço; e,

d) Promover programas turísticos conjuntos e estimular atividades econômicas vinculadas aos circuitos turísticos fronteiriços.

2.2) Quanto à sustentabilidade sociocultural:

a) Estimular e promover ações orientadas a atender as necessidades básicas das populações das zonas de fronteira dos países, tais como o fornecimento de serviços de água, eletricidade, rede de esgoto, saúde, educação, entre outros;

b) Estabelecer mecanismos para impulsionar o intercâmbio cultural e educativo, assim como para desenvolver a complementação de serviços sociais na fronteira; e,

c) Levar a cabo ações conjuntas ou coordenadas em benefício do desenvolvimento e bem-estar integral dos povos indígenas localizados na zona fronteiriça.

2.3) Quanto à sustentabilidade ambiental:

a) Desenvolver e implementar políticas que promovam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das zonas de fronteira com ênfase especial à proteção da diversidade biológica e à conservação dos ecossistemas e dos recursos hídricos; e,

b) Estabelecer mecanismos para o manejo coordenado dos ecossistemas de influência transfronteiriça.

2.4) Quanto à sustentabilidade político – institucional:

a) Fomentar a participação ativa das instituições públicas e privadas nos processos de elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e seguimento dos planos, programas e projetos orientados para o desenvolvimento sustentável da ZIF Brasil - Peru;

b) Desenvolver a institucionalidade bilateral e fronteiriça necessária para a implementação da ZIF Brasil - Peru; e,

c) Fortalecer a presença institucional do Estado nos distritos de fronteira no âmbito da ZIF.

2.5) Quanto à sustentabilidade da integração fronteiriça:

a) Fortalecer a participação dos governos locais, regionais e estaduais nos programas de cooperação, facilitação e desenvolvimento da ZIF Brasil - Peru;

b) Desenvolver projetos de cooperação horizontal, de maneira que promovam transferência de conhecimentos e fortalecimento de capacidades profissionais e técnicas entre os dois países, em beneficio da zona fronteiriça;

c) Desenvolver programas e projetos de educação e ensino dos idiomas português e castelhano de modo a facilitar a integração; e,

d) Desenvolver e fortalecer a infraestrutura de integração física e conectividade, incluindo telecomunicações e "roaming" fronteiriço, promovendo empreendimentos públicos e privados.

Artigo 5º
CONFIGURAÇÃO DA ZIF

1. A Zona de Integração Fronteiriça Brasil - Peru está dividida em três setores adjacentes da fronteira brasileiro-peruana, descritos abaixo, que podem ser vistos no mapa de referência anexo ao presente Acordo Quadro:

1) Setor Norte:

Brasil: Os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antonio do Icá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins (Estado do Amazonas), tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Benjamin Constant.

Peru: As Províncias de Ramón Castilla e Requena (Departamento de Loreto); e os Distritos de Fernando Lores, Indiana e as Amazonas, Distritos da Província de Maynas (Departamento de Loreto); tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Iquitos.

2) Setor Central:

Brasil: Os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mancio Lima, Manoel Urbano, Marechal Taumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Tauaracá (Estado do Acre); Envira, Guajará, Ipixuna (Estado do Amazonas), tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Cruzeiro do Sul.

Peru: O Departamento de Ucayali, tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Pucallpa;

3) Setor Sul:

Brasil: Os municípios de Acrelândia, Assis-Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Rio Branco, Senado Guiomard, Sena Madureira, Xapuri, Porto Acre (Estado do Acre); Boca do Acre, Canutama, Lábrea e Pauini (Estado do Amazonas); tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Rio Branco.

Peru: O Departamento de Madre de Dios; a Província de Quispicanchis (Departamento de Cusco); e as províncias de Carabaya e Azángaro (Departamento de Puno); tendo como núcleo administrativo para a integração a cidade de Puerto Maldonado.

2. As Partes poderão acordar, por via diplomática, modificações na conformação da ZIF Brasil - Peru.

Artigo 6º
ORIENTAÇÕES GERAIS

As Partes elaborarão, de forma coordenada ou conjunta, planos, programas e projetos de desenvolvimento fronteiriço a serem executados nos setores da ZIF, respeitando os critérios de sustentabilidade. Nesse sentido, buscarão priorizar as seguintes orientações:

a) Estimular a participação ativa dos atores sociais da ZIF Brasil - Peru;

b) Promover a cooperação e o intercâmbio de informação entre as autoridades e instituições públicas e privadas, locais, regionais e estaduais;

c) Fortalecer as entidade nacionais e os mecanismos bilaterais dedicados aos temas de desenvolvimento e integração fronteiriços;

d) Incentivar o investimento tanto público como privado, nacional e binacional, na ZIF Brasil - Peru;

e) Promover o manejo coordenado de ecossistemas e áreas naturais protegidas que estão localizadas na fronteira;

f) Priorizar projetos coordenados ou complementares de infraestrutura social básica, de transporte rodoviário, de telecomunicações e de energia, assim como do desenvolvimento produtivo da ZIF Brasil - Peru;

g) Difundir o ensino dos idiomas castelhano no Brasil e português no Peru;

h) Impulsionar o comércio fronteiriço nas localidades da ZIF Brasil - Peru;

i) Facilitar o intercâmbio de mercadorias de subsistência; e,

j) Outras ações que sejam decididas bilateralmente.

Artigo 7º
PLANOS OPERATIVOS

1. Os países acordarão Planos Operativos para cada Setor da ZIF. Cada Plano Operativo será integrado por uma variedade de programas que as Partes se comprometerão a executar dentro de prazos estabelecidos.

2. As Partes poderão acordar a execução gradual e de maneira independente ou inter-relacionada de programas destinados a, entre outros, facilitação do trânsito fronteiriço; abertura e modernização de postos de fronteira; facilidades para o intercâmbio comercial e desenvolvimento econômico e social; complementação de serviços sociais básicos; estabelecimento de regimes especiais fronteiriços de caráter local e regional; desenvolvimento e facilitação do transporte rodoviário e integração física; integração energética e de telecomunicações; cooperação em assuntos ambientais; redução de riscos de desastres; fomento de pesquisa e transferência de tecnologia; cooperação em matéria de combate a atividades ilícitas; e, desenvolvimento institucional bilateral.

3. Os ditos programas serão elaborados em função das características, potencialidades e necessidades particulares de cada setor da ZIF.

4. Ambos os países adotarão as medidas necessárias para incorporar os planos, programas e projetos de desenvolvimento da ZIF Brasil - Peru em seus respectivos Planos Nacionais de Desenvolvimento e em suas Políticas Nacionais de Fronteira.

Artigo 8º
REGIME ESPECIAL PARA ZONAS FRONTEIRIÇAS DE DIFÍCIL ACESSO

Os países proporão medidas conjuntas para promover o desenvolvimento sustentável nas localidades isoladas ou de difícil acesso na fronteira Brasil - Peru, na perspectiva de gerar melhores condições de qualidade de vida para sua população.

Artigo 9º
INSTITUCIONALIDADE

1. A institucionalidade bilateral da ZIF Brasil-Peru é conformada por:

a) **A Comissão Vice - ministerial de Integração Fronteiriça Brasil - Peru (CVIF)**

A CVIF está a cargo dos Vice – Ministros das Relações Exteriores de Brasil e Peru e tem como funções aprovar os Planos Operativos da ZIF Brasil - Peru, assim como coordenar, orientar e supervisionar o trabalho dos Grupos de Trabalho Binacionais (GTB). A CVIF estará integrada, entre outros, por representantes dos Governos regionais e estaduais das regiões fronteiriças da ZIF;

b) **Secretários Executivos**

Para o cumprimento de suas funções, a Comissão Vice – Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF), contará com o apoio dos Secretários Executivos, designados pelas respectivas chancelarias, entre os Coordenadores Nacionais dos GTB, que se reunirão quantas vezes sejam necessárias para integrar os Planos Operativos dos três setores da ZIF, assim como para avaliar as informações dos GTB e formular recomendações;

c) **Grupos de Trabalho Binacionais (GTB)**

São estabelecidos os seguintes Grupos de Trabalho Binacionais (GTB):

- O Grupo de Trabalho Binacional de Desenvolvimento e Integração Fronteiriços, que substitui o Grupo de Trabalho Binacional de Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, encarregado dos programas sociais, de desenvolvimento econômico-produtivo e de coordenação dos Comitês de Fronteira, com atenção particular às zonas isoladas ou de difícil acesso e às suas populações;
- O Grupo de Trabalho Binacional de Comercio de Facilitação de Trânsito Fronteiriço, encarregado dos regimes de comércio, transporte e facilitação do trânsito fronteiriço;
- O Grupo de Trabalho Binacional de Cooperação Técnica Fronteiriça, encarregado de respaldar a gestão do financiamento e desenvolvimento dos Planos Operativos da ZIF; e,
- O Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriço – GCAF, encarregado dos assuntos de cooperação ambiental.

2. A estrutura institucional da ZIF poderá ser modificada por decisão da CVIF.

3. Cada Grupo de Trabalho Binacional contará com o apoio dos Coordenadores Nacionais, designados pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores. Os GTB se reunirão, preferencialmente, de maneira alternada, nos três setores da ZIF, quantas vezes estimem necessário ao longo do ano e poderão estabelecer subgrupos técnicos para o tratamento de temas específicos. Os subgrupos técnicos se reunirão, caso necessário, independentemente das reuniões dos GTB.

4. Os GTB ficam encarregados de propor os Programas de sua competência para que sejam incorporados aos Planos Operativos da ZIF Brasil - Peru. Supervisionarão, também, o cumprimento dos ditos Programas e emitirão informes à CVIF, por meio dos Secretários Executivos.

5. Os GTB ficarão encarregados de formular seu próprio Regulamento Interno de Funcionamento, o qual será aprovado pela CVIF. Neste regulamento ficará estabelecida sua composição, devendo-se ater para uma adequada representação de autoridades regionais, estaduais e locais, bem como de representantes da sociedade civil, de acordo com sua área de competência. Os GTB poderão convidar representantes de outras entidades públicas e privadas, conforme os temas das suas reuniões; e,

d) Comitês de Fronteira

Os Ministros das Relações Exteriores aprovarão o estabelecimento de Comitês de Fronteira de caráter local fronteiriço.

Artigo 10
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a interpretação ou implementação do presente Acordo Quadro será resolvida pelas Partes de maneira amistosa, por via diplomática.

Artigo 11
EMENDAS

O presente Acordo poderá ser emendado, a qualquer momento, por mútuo consentimento das Partes, mediante notificação escrita. As emendas serão efetivas quando ambas as Partes tenham executado os mesmos procedimentos que são requeridos para a entrada em vigor do presente Acordo, exceto naqueles casos em que o presente Acordo tenha estabelecido um procedimento diverso.

Artigo 12
DURAÇÃO

O presente Acordo terá uma duração indefinida.

Artigo 13
DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, da Parte que expressa sua vontade de denunciá-lo, pela outra Parte. A denúncia não afetará as iniciativas, programas e projetos que, em virtude do presente Acordo, se encontrem em execução.

Artigo 14
ENTRADA EM VIGOR

O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação em que uma das Partes comunique à outra o cumprimento dos procedimentos legais exigidos por seus respectivos ordenamentos jurídicos internos.

Assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009, em dois exemplares, nos idiomas português e castelhano, ambos igualmente autênticos e válidos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

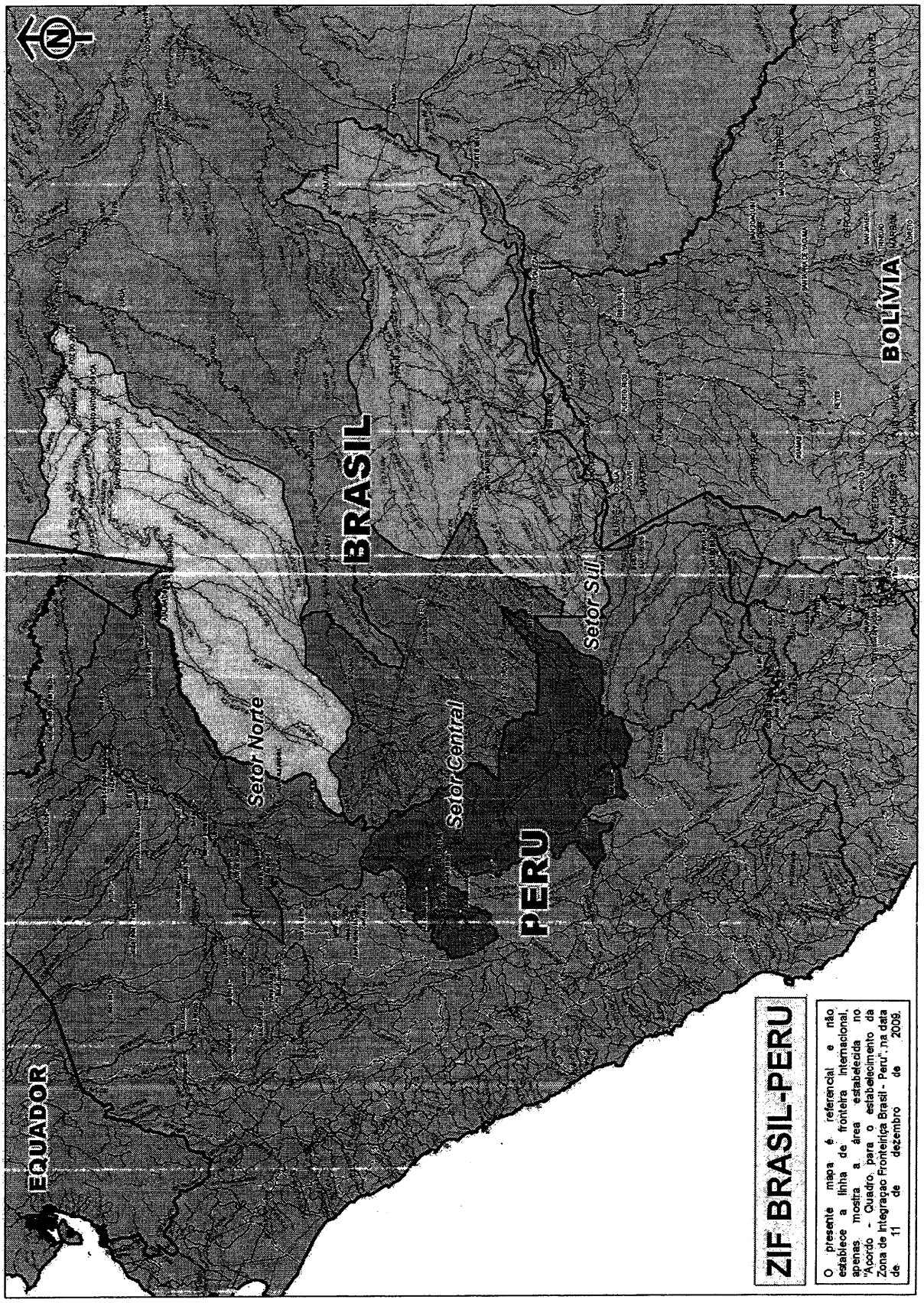
Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

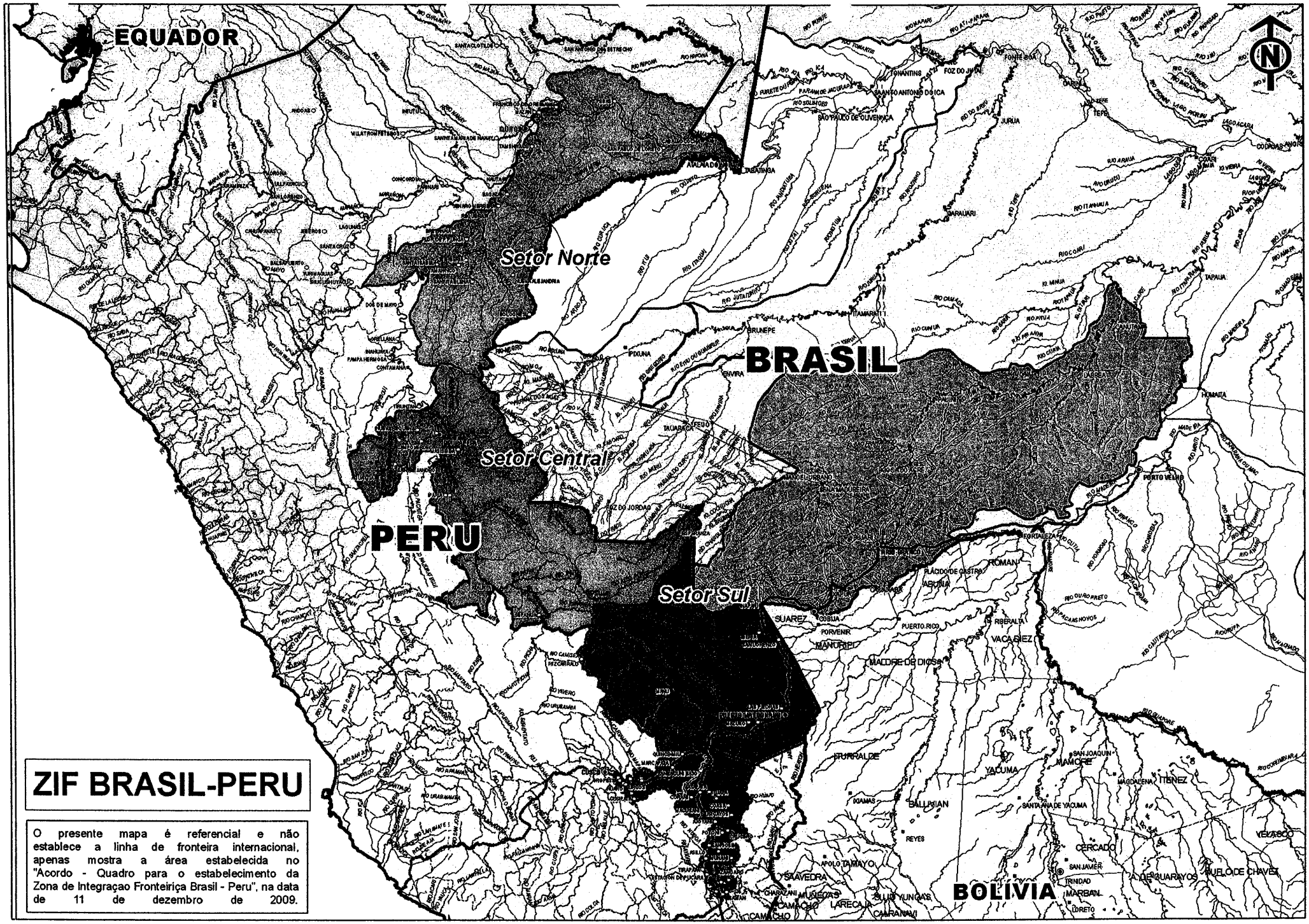
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU

José Antonio García Belaunde
Ministro das Relações Exteriores

ANEXO I
Mapa da Zona de Integração Fronteiriça Brasil - Peru

Em conformidade com o referido no Artigo 5º do presente Acordo-Quadro, encontra-se, abaixo, mapa de caráter referencial que indica os três setores que conformam a ZIF Brasil - Peru.





ZIF BRASIL-PERU

O presente mapa é referencial e não estabelece a linha de fronteira internacional, apenas mostra a área estabelecida no "Acordo - Quadro para o estabelecimento da Zona de Integraçao Fronteiriça Brasil - Peru", na data de 11 de dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
211
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5.151

ACUERDO MARCO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DEL PERU PARA EL ESTABLECIMIENTO DE LA "ZONA DE INTEGRACIÓN FRONTERIZA" BRASIL - PERÚ"

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Perú
(en adelante denominados "las Partes"),

Teniendo en cuenta:

El Tratado de Límites, Comercio y Navegación, suscrito por la República Federativa del Brasil y la República del Perú, en setiembre de 1909;

La Declaración de Río Branco, de 1987, que dio un impulso significativo a los esfuerzos para dinamizar el proceso de cooperación bilateral en favor del desarrollo de la región fronteriza amazónica;

El Plan de Acción de Puerto Maldonado, de 1987, que reafirmó la importancia de la Amazonía como factor geoeconómico fundamental en las relaciones peruano-brasileñas y estableció las bases de un programa de trabajo con miras a la integración y el desarrollo de la frontera Brasil-Perú;

El Comunicado Presidencial Conjunto, de agosto de 2003, por el que se acordó avanzar en la construcción de la Alianza Estratégica entre el Brasil y Perú;

El Memorándum de Entendimiento sobre Integración Física y Económica, de agosto de 2003, que reconoció la importancia de la integración de infraestructuras para el desarrollo económico y comercial de ambos países;

El Comunicado Presidencial Conjunto de mayo de 2008, en el que se estableció, de manera específica la prioridad que ambos Gobiernos conceden a la cooperación y al desarrollo fronterizo, en el marco de la Alianza Estratégica; y,

El Compromiso de Río Branco, de abril de 2009, que determinó la adopción de medidas concretas orientadas a una efectiva integración económica y social de la frontera Brasil-Perú.

Considerando:

Que es necesario promover el desarrollo sostenible de los espacios fronterizos de los dos países a través de iniciativas, planes, programas y mecanismos que conduzcan a una mayor integración física, económica y social de sus zonas de frontera, así como al manejo coordinado y sostenible de los ecosistemas de influencia transfronteriza, de manera que se transformen en áreas dinamizadoras de desarrollo en beneficio de las comunidades fronterizas de ambos países;

Que los Ejes de Integración Vial, en particular la inauguración de la Carretera Interoceánica del Sur promoverán, de una parte, el incremento del flujo de personas, vehículos y mercancías entre los dos países, creando condiciones para una mayor integración económica-comercial y, de otra parte, plantearán eventuales desafíos que corresponde enfrentar de manera coordinada.

Para cumplir dichos propósitos, las Partes acuerdan:

Artículo 1°
OBJETO

Establecer la "Zona de Integración Fronteriza Brasil-Perú", en adelante "ZIF Brasil-Perú", conforme se detalla en el Artículo 5° del presente Acuerdo Marco.

Artículo 2°
DEFINICIÓN

Para fines del presente Acuerdo Marco, se entiende por "Zona de Integración Fronteriza Perú Brasil", los ámbitos territoriales adyacentes de los dos países consignados en el Artículo 5°, para los que adoptarán políticas, planes, programas y proyectos conjuntos o coordinados con miras a impulsar su integración y desarrollo sostenible.

Artículo 3°
FINALIDAD

Las acciones que se emprendan en el marco de la ZIF Perú-Brasil tienen como finalidad fomentar una cultura de paz y de integración fronteriza, respetando e incentivando la identidad nacional y cultural, así como lograr el desarrollo sostenible, atendiendo especialmente sus potencialidades y asimetrías, a través de esfuerzos coordinados y compartidos, habilitando y fortaleciendo ejes o corredores de desarrollo e integración.

Artículo 4°
OBJETIVOS

Las Partes establecen los siguientes objetivos:

i) Objetivos Generales:

a) Impulsar la integración fronteriza a través del desarrollo y la complementación económica y social, el intercambio cultural y la promoción de la cultura de paz entre las poblaciones fronterizas;

b) Impulsar programas de desarrollo e integración fronterizos que requieran un tratamiento integrado y de corto y mediano plazo, como planes concertados de desarrollo económico y social, programas de cooperación transfronterizos para el manejo sostenible de recursos naturales de las cuencas compartidas; planes coordinados de manejo y vigilancia de las áreas naturales protegidas; programas de cooperación para atender las necesidades de poblaciones vulnerables; entre otros;

c) Adoptar medidas dentro de la Zona de Integración Fronteriza orientadas a eliminar los obstáculos al tránsito y al comercio bilateral, así como simplificar y agilizar los procedimientos de control en frontera; y,

d) Crear instrumentos legales específicos para promover el desarrollo de la ZIF Brasil-Perú, cuando sea necesario.

2) Objetivos Específicos

2.1) Respecto a la sostenibilidad económica:

a) Fomentar el crecimiento, modernización y diversificación de la base productiva de las zonas de frontera; incentivar la integración de cadenas productivas entre sectores económicos locales y regionales y su proyección a los ámbitos nacionales e internacionales; e, impulsar el acceso a mercados;

b) Incentivar la inversión privada local, regional, nacional y binacional, de manera que promueva el desarrollo económico;

c) Establecer mecanismos de facilitación del intercambio comercial fronterizo; y,

d) Promover programas turísticos conjuntos y estimular actividades económicas vinculadas a los circuitos turísticos fronterizos.

2.2) Respecto a la sostenibilidad socio-cultural:

a) Estimular y promover acciones orientadas a atender las necesidades básicas de las poblaciones de las zonas de frontera de los dos países, tales como la provisión de los servicios de agua, electricidad, alcantarillado, salud, educación, entre otros;

b) Establecer mecanismos para impulsar el intercambio cultural y educativo, así como para desarrollar la complementación de servicios sociales en frontera; y,

c) Llevar a cabo acciones conjuntas o coordinadas en beneficio del desarrollo y bienestar integral de los pueblos indígenas ubicados en la zona fronteriza.

2.3) Respecto a la sostenibilidad ambiental:

a) Desarrollar e implementar políticas que promuevan la conservación y el uso sostenible de los recursos naturales de las zonas de frontera con especial énfasis en la protección de la diversidad biológica y la conservación de los ecosistemas y de los recursos hídricos; y,

b) Establecer mecanismos para el manejo coordinado de los ecosistemas de influencia transfronteriza.

2.4) Respecto a la sostenibilidad político – institucional:

a) Fomentar la participación activa de las instituciones públicas y privadas en los procesos de elaboración, ejecución, acompañamiento, evaluación y seguimiento de los planes, programas y proyectos orientados al desarrollo sostenible de la ZIF Brasil-Perú;

b) Desarrollar la institucionalidad bilateral y fronteriza necesaria para la implementación de la ZIF Brasil-Perú; y,

c) Fortalecer la presencia institucional del Estado en los distritos de frontera del ámbito de la ZIF.

2.5) Respecto a la sostenibilidad de la integración fronteriza:

a) Fortalecer la participación de los gobiernos locales, regionales y estaduales en los programas de cooperación, facilitación y desarrollo de la ZIF Brasil-Perú;

b) Desarrollar proyectos de cooperación horizontal, de manera que promuevan la transferencia de conocimientos y el fortalecimiento de capacidades profesionales y técnicas entre los dos países, en beneficio de la zona fronteriza;

c) Desarrollar programas y proyectos de educación y enseñanza de los idiomas castellano y portugués de modo de facilitar la integración; y,

d) Desarrollar y fortalecer la infraestructura de integración física y conectividad, incluyendo telecomunicaciones y roaming fronterizo, promoviendo emprendimientos públicos y privados.

Artículo 5º
CONFORMACIÓN DE LA ZIF

1. La Zona de Integración Fronteriza Brasil-Perú está conformada por tres sectores adyacentes de la frontera peruano-brasileña que se indican a continuación y que quedan reflejados en el mapa que, con carácter referencial, se acompaña al presente Acuerdo Marco como anexo:

1) Sector Norte:

Brasil: Los Municipios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, Santo Antonio do Icá, Sao Paulo de Olivenca, Tabatinga y Tonantins (Estado de Amazonas); teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Benjamin Constant.

Perú: Las Provincias de Ramón Castilla y Requena (Departamento de Loreto); y los Distritos de Fernando Lores, Indiana y las Amazonas, de la Provincia de Maynas (Departamento de Loreto); teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Iquitos.

2) Sector Centro:

Brasil: Los Municipios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordao, Mancio Lima, Manoel Urbano, Marechal Taumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Tauaracá (Estado de Acre); Envira, Guajará, Ipixuna (Estado de Amazonas); teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Cruzeiro do Sul.

Perú: El Departamento de Ucayali; teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Pucallpa.

3) Sector Sur:

Brasil: Los Municipios de Acrelandia, Assis-Brasil, Brasileia, Bujarí, Capixaba, Epitaciolandia, Placido de Castro, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Xapuri, Porto Acre (Estado de Acre); Boca do Acre, Canutama, Lábrea y Pauini (Estado de Amazonas); teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Rio Branco.

Perú: El Departamento de Madre de Dios; la Provincia de Quispicanchi (Departamento del Cusco); y las Provincias de Carabaya y Azángaro (Departamento de Puno); teniendo como núcleo administrativo para la integración a la ciudad de Puerto Maldonado.

2. Las Partes por la vía diplomática podrán acordar modificaciones a la conformación de la ZIF Brasil-Perú.

Artículo 6°
LINEAMIENTOS GENERALES

Las Partes elaborarán en forma coordinada o conjunta planes, programas y proyectos de desarrollo fronterizo a ser ejecutados en los sectores de la ZIF, respetando los criterios de sostenibilidad. En tal sentido procurarán priorizar los siguientes lineamientos:

a) Estimular la activa participación de los actores sociales de la ZIF Brasil-Perú;

b) Promover la cooperación e intercambio de información entre las autoridades e instituciones públicas y privadas, locales, regionales y estaduales;

c) Fortalecer las entidades nacionales y los mecanismos bilaterales dedicados a los temas de desarrollo e integración fronterizos;

d) Incentivar la inversión tanto pública como privada, nacional y binacional, en la ZIF Brasil-Perú;

e) Promover el manejo coordinado de ecosistemas y áreas naturales protegidas fronterizas;

f) Priorizar proyectos coordinados o complementarios de infraestructura social básica, vial, de telecomunicaciones y energía, así como de desarrollo productivo de la ZIF Brasil-Perú;

g) Difundir la enseñanza de los idiomas castellano en Brasil y portugués en el Perú;

h) Impulsar el comercio fronterizo en las localidades de la ZIF Brasil-Perú;

i) Facilitar el intercambio de mercancías de subsistencia; y,

j) Otras acciones que se decidan bilateralmente.

Artículo 7º
PLANES OPERATIVOS

1. Los países acordarán Planes Operativos para cada Sector de la ZIF. Cada Plan Operativo quedará integrado por un número variable de programas que las Partes se comprometerán a ejecutar dentro de plazos establecidos.

2. Las Partes podrán acordar la ejecución gradual y de manera independiente o interrelacionada de programas destinados, entre otros, a la apertura y modernización de pasos de frontera; a la facilitación del tránsito fronterizo; facilidades para el intercambio comercial; desarrollo económico y social; complementación de servicios sociales básicos; establecimiento de regímenes especiales fronterizos de carácter local y regional; desarrollo y facilitación de la articulación vial e integración física; integración energética y de telecomunicaciones; cooperación en asuntos ambientales; reducción de riesgos de desastres; fomento de la investigación y la transferencia de tecnología; cooperación en materia de lucha contra actividades ilícitas; y, desarrollo institucional bilateral.

3. Dichos programas serán elaborados en función de las características, potencialidades y necesidades particulares de cada sector de la ZIF.

4. Ambos países adoptarán las medidas necesarias para incorporar los planes, programas y proyectos de desarrollo de la ZIF Brasil-Perú en sus respectivos Planes Nacionales de Desarrollo y en sus Políticas Nacionales de Frontera.

Artículo 8º
ATENCIÓN ESPECIAL PARA ZONAS FRONTERIZAS DE DIFÍCIL ACCESO

Los países propondrán medidas conjuntas para promover el desarrollo sostenible en las localidades aisladas o de difícil acceso en la frontera Perú–Brasil, en la perspectiva de generar mejores condiciones de calidad de vida para su población.

Artículo 9º
INSTITUCIONALIDAD

1. La institucionalidad bilateral de la ZIF Brasil-Perú queda conformada por:

a) La Comisión Viceministerial de Integración Fronteriza Brasil-Perú (CVIF)

La CVIF está a cargo de los Viceministros de Relaciones Exteriores del Perú y Brasil y tiene como funciones aprobar los Planes Operativos de la ZIF Brasil-Perú, así como coordinar, orientar y supervisar la labor de los Grupos de Trabajo Binacionales (GTB). La CVIF estará integrada, entre otros, por representantes de los Gobiernos Regionales y Estaduales de las regiones fronterizas involucradas en la ZIF;

b) Secretarios Ejecutivos

Para el cumplimiento de sus funciones, la Comisión Viceministerial de Integración Fronteriza (CVIF) cuenta con sendos Secretarios Ejecutivos designados por las respectivas Cancillerías entre los Coordinadores Nacionales de los GTB, quienes se reunirán las veces que sea necesario para integrar los Planes Operativos de los tres Sectores de la ZIF, así como para evaluar los informes de los GTB y formular recomendaciones;

c) Grupos de Trabajo Binacionales (GTB)

Se establecen los siguientes Grupos de Trabajo Binacionales (GTB):

- El Grupo de Trabajo Binacional de Desarrollo e Integración Fronterizos, que reemplaza al Grupo de Trabajo Binacional de Cooperación Amazónica y Desarrollo Fronterizo, encargado de los programas sociales, de desarrollo económico-productivo y de la coordinación de los Comités de Frontera, con particular atención en las zonas aisladas o de difícil acceso y de sus poblaciones;
- El Grupo de Trabajo Binacional de Comercio y Facilitación del Tránsito Fronterizo, encargado de los regímenes de comercio, transporte y facilitación del tránsito fronterizo;
- El Grupo de Trabajo Binacional de Cooperación Técnica Fronteriza, encargado de respaldar la gestión del financiamiento y desarrollo de los Planes Operativos de la ZIF; y,
- El Grupo de Cooperación Ambiental Fronterizo - GCAF, encargado de los asuntos de cooperación ambiental.

2. La estructura institucional de la ZIF podrá ser modificada por decisión de la CVIF.

3. Cada Grupo de Trabajo Binacional contará con los correspondientes Coordinadores Nacionales designados por los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores. Los GTB se reunirán preferentemente de manera alternada en los tres sectores de la ZIF, tantas veces como se estime necesario a lo largo del año y podrán establecer subgrupos técnicos para el tratamiento de temas específicos. Los subgrupos técnicos se reunirán, de ser necesario, de manera independiente a las plenarias de los GTB.

4. Los GTB quedan encargados de proponer los Programas de su competencia para que sean incorporados en los Planes Operativos de la ZIF Brasil-Perú. Asimismo, supervisarán el cumplimiento de dichos Programas y emitirán informes a la CVIF, a través de los Secretarios Ejecutivos.

5. Los GTB quedan encargados de formular su propio Reglamento Interno de Funcionamiento, los que serán aprobados por la CVIF. En dichos Reglamentos se establecerá su composición, debiendo velar por la adecuada representación de autoridades regionales, estaduales y locales, así como de representantes de la sociedad civil, según corresponda a su área de competencia. Los GTB podrán invitar a participar a representantes de otras entidades públicas y privadas de acuerdo a la temática a tratar en sus reuniones; y,

d) Comités de Frontera

Los Ministros de Relaciones Exteriores aprobarán el establecimiento de Comités de Frontera de carácter local fronterizo

Artículo 10
SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Cualquier controversia que pueda surgir sobre la interpretación o implementación del presente Acuerdo Marco, será resuelta por las Partes de manera amistosa mediante la vía diplomática.

Artículo 11
ENMIENDAS

El presente Acuerdo podrá ser enmendado, en cualquier momento, por mutuo consentimiento de las Partes, mediante notificación escrita. Las enmiendas serán efectivas cuando ambas Partes hayan ejecutado los mismos procedimientos que son requeridos para la entrada en vigencia del presente Acuerdo, salvo en aquellos casos en que el presente Acuerdo haya establecido un procedimiento distinto.

Artículo 12
DURACIÓN

El presente Acuerdo tendrá una duración indefinida.

Artículo 13
DENUNCIA

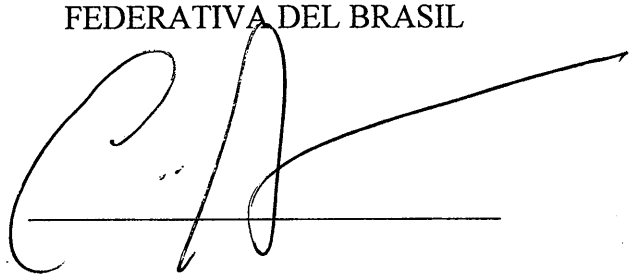
El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes, a través de la vía diplomática. La denuncia surtirá efecto a los sesenta (60) días después de la fecha de recepción de la notificación de la Parte que expresa su voluntad de darlo por terminado a la otra Parte. La denuncia no afectará las iniciativas, programas y proyectos que en virtud del presente Acuerdo se encuentren en ejecución.

Artículo 14
ENTRADA EN VIGENCIA

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recepción de la última notificación en la que una de las Partes comunique a la otra el cumplimiento de los procedimientos legales exigidos por sus respectivos ordenamientos legales internos.

Suscrito en Lima, en dos ejemplares en portugués y en castellano, ambos igualmente auténticos y válidos, a los 11 días del mes de diciembre de 2009.

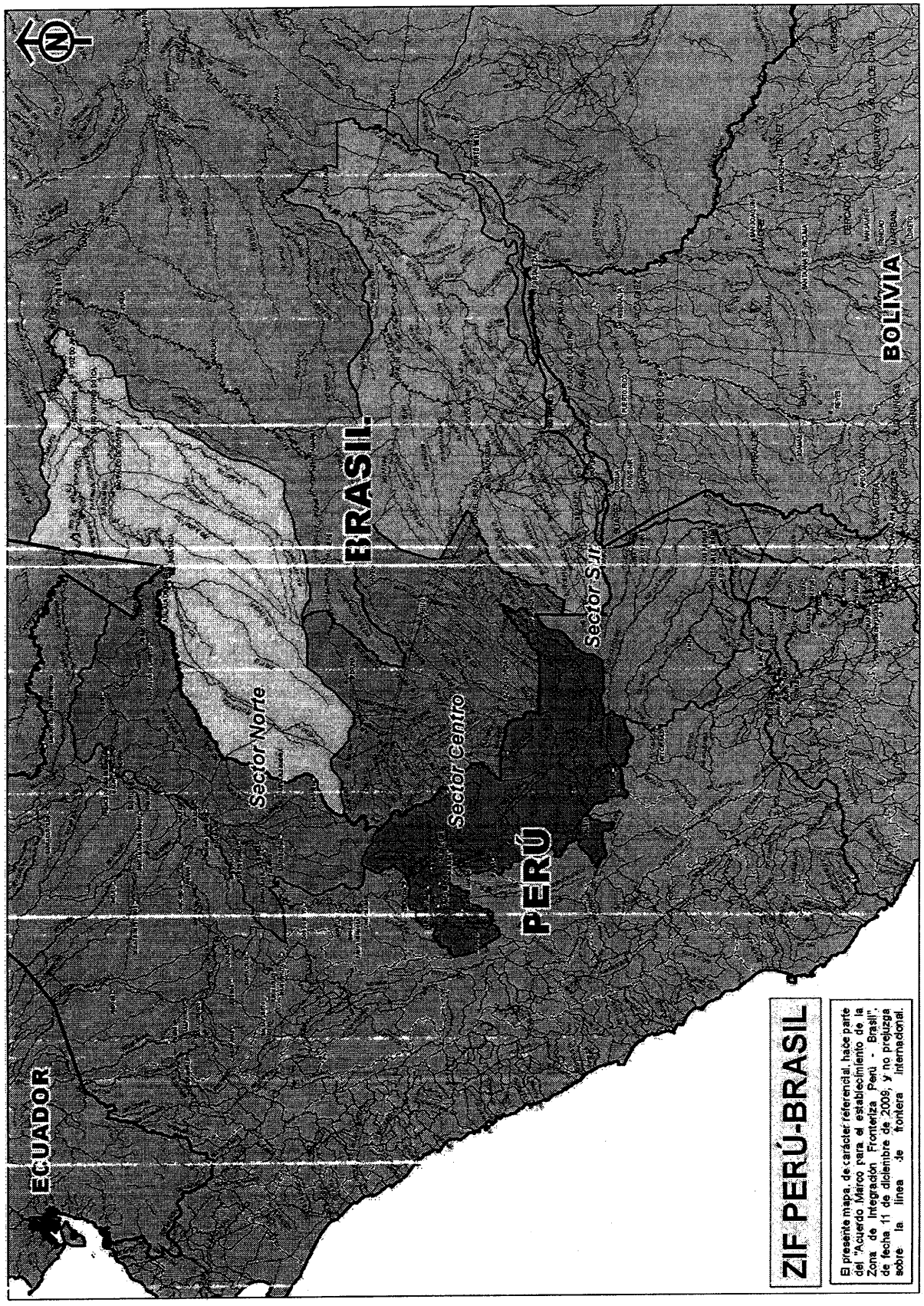
POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

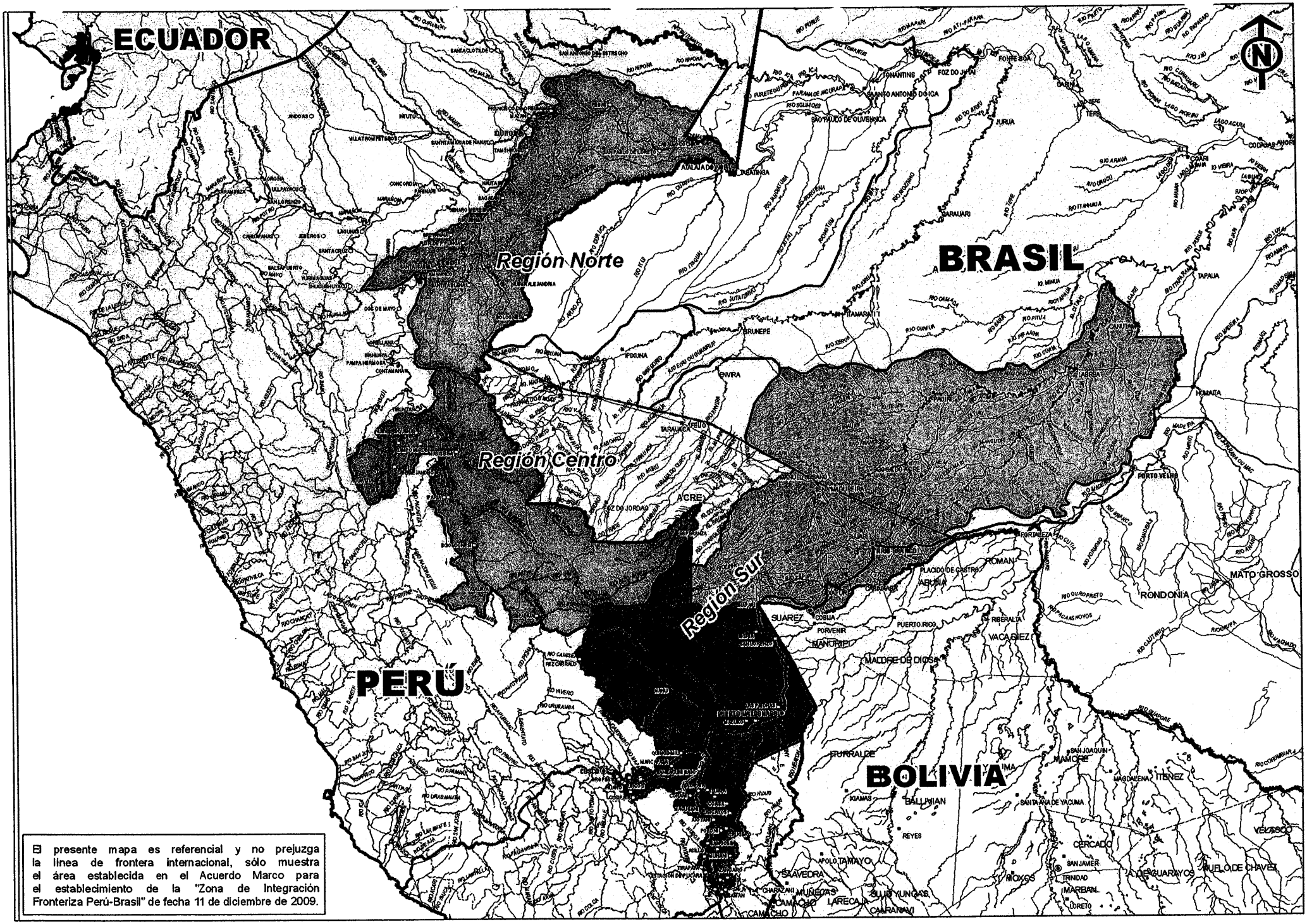


POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ

ANEXO I
Mapa de la Zona de Integración Fronteriza Perú – Brasil.

De conformidad con lo señalado en el artículo 5° del presente Acuerdo Marco, se acompaña el mapa que, con carácter referencial, indica los tres sectores que conforman la ZIF Perú-Brasil.




ECUADOR
BRASIL
PERÚ
BOLIVIA
Región Norte
Región Centro
Región Sur
ACRE
RONDONIA
MATO GROSSO
El presente mapa es referencial y no prejuzga la línea de frontera internacional, sólo muestra el área establecida en el Acuerdo Marco para el establecimiento de la "Zona de Integración Fronteriza Perú-Brasil" de fecha 11 de diciembre de 2009.